

CURRÍCULO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE: Espaço-tempo em Parintins na mesorregião do Baixo Amazonas

Denilson Diniz Pereira¹

RESUMO

A presente pesquisa originou-se de discussões no curso de Pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior - IES e apresenta algumas reflexões sobre o Atendimento Educacional Especializado - AEE e sua relação com o currículo de formação de professores do município de Parintins na mesorregião do Baixo Amazonas. Para isso, aborda questões que revelam a importância do AEE no processo inclusivo, como espaço-tempo de desafios e condições para o desenvolvimento da aprendizagem. Realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, através de análises bibliográficas de legislações, documentos curriculares e estudos que contemplam tal temática, roteiros de entrevistas semiestruturadas, bem como uma observação de como se dá o Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recurso Multifuncional de uma escola municipal da cidade de Parintins - AM. Assim, considera-se a importância do AEE, pois, complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência desses indivíduos tanto na escola quanto fora dela.

Palavras-chave: Currículo. Formação de professores. Atendimento Educacional Especializado.

CURRICULUM AND SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE-AEE: Espaço-tempo in Parintins in the Lower Amazon mesoregion

ABSTRACT

This research arises from discussions of Pedagogy's course at a Higher Education Institution - IES and presents some reflections on Specialized Educational Assistance - AEE and its relationship with the teacher training curriculum in the municipality of Parintins in the mesoregion of Lower Amazon. To this end, it addresses issues that reveal the importance of AEE in the inclusive process, as a space-time of challenges and conditions for learning development. Qualitative research of an exploratory nature was carried out, through legislation bibliographical analyses, curricular documents and studies that cover this topic, semi-structured interview scripts, as well as an observation of how Specialized Educational Assistance is provided in the Multifunctional Resource Room of a municipal school in the city of Parintins - AM. Thus, the importance of AEE is considered, as it complements and/or adds of students' training with the aim of autonomy and independence of these individuals both at school and outside of it.

Keywords: Curriculum. Teacher training. Specialized Educational Service.

¹ Doutor em Educação. Universidade Federal do Amazonas-UFAM/Faculdade de Educação-FACED/Departamento de Métodos e Técnicas/DMT, Manaus-AM, Brasil. Membro dos grupos de pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil/HISTEDBR/UFOPA e Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicopedagogia Diferencia-NEPPD/UFAM. Amazonas, Brasil. ORCID id: <http://orcid.org/0000-0003-3807-8885>. E-mail: denilsondiniz@ufam.edu.br.

CURRÍCULO Y SERVICIO EDUCATIVO ESPECIALIZADO-AEE: Espaciotempo en Parintins en la mesorregión del Bajo Amazonas

RESUMÉN

Esta investigación tuvo origen en discusiones en el curso de Pedagogía de una Institución de Educación Superior - IES y presenta algunas reflexiones sobre la Asistencia Educativa Especializada - AEE y su relación con el currículo de formación docente en el municipio de Parintins en la mesorregión del Bajo Amazonas. Para ello, aborda temas que revelan la importancia de la AEE en el proceso inclusivo, como espacio-tiempo de desafíos y condiciones para el desarrollo de los aprendizajes. Se realizó una investigación cualitativa de carácter exploratorio, a través de análisis bibliográficos de legislación, documentos curriculares y estudios que abordan este tema, guiones de entrevistas semiestructuradas, así como una observación de cómo se brinda la Asistencia Educativa Especializada en la Sala de Recursos Multifuncional de un escuela municipal de la ciudad de Parintins - AM. Así, se considera la importancia de la AEE, ya que complementa y/o suplementa la formación de los estudiantes con miras a la autonomía e independencia de estos individuos tanto en la escuela como fuera de ella.

Palabras clave: Currículo. Formación de profesores. Servicio Educativo Especializado.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa originou-se da vivência do pesquisador que, como professor de uma Instituição de Ensino Superior - IES tem participado de discussões sobre Atendimento Educacional Especializado - AEE Atendimento Educacional Especializado - AEE, como também participando de Encontros, Fóruns, Simpósios, Congressos e Conferências de níveis local, regional, nacional e internacional.

Tais vivências propiciaram o levantamento de referencial teórico, assim com sua relevância para se estudar o Atendimento Educacional Especializado - AEE e sua relação com o currículo de formação de professores da mesorregião do Baixo Amazonas. esperando assim contribuir de modo a desenvolver uma adequação as questões educacionais, culturais, sociais e ambientais para a formação cidadã.

Acreditamos que a contribuição maior desta pesquisa foi no sentido de, ao sistematizar questões já conhecidas, criou-se um eixo para o diálogo do currículo de formação de professores com a prática no Atendimento Educacional Especializado.

O objetivo geral versou a análise do diálogo do currículo de formação de professores com a prática no Atendimento Educacional Especializado – AEE, bem

como refletir sobre a formação de professores com a prática no Atendimento Educacional Especializado – AEE, abordando questões que revelam a importância da AEE no processo inclusivo, como espaço de desafios no qual o aluno, encontre condições para o desenvolvimento da aprendizagem para que se possa investigar e produzir novas adequações curriculares necessárias e possíveis para ser trabalhado com os professores da sala de AEE.

Como é possível perceber, as pesquisas e discussões se alinham a formulação dos questionamentos da pesquisa proposta que visa o diálogo do currículo de formação de professores com a prática no Atendimento Educacional Especializado bem como a relação desta com o processo de escolarização no Brasil.

Iniciamos o dialogo a partir da análise mesmo de forma tênue das diretrizes oficiais sobre o atendimento educacional especializado, apontando as principais questões sobre a operacionalização pelo município, responsável pela maioria das matrículas de pessoas com deficiências. Posterior, focamos as práticas curriculares realizadas em salas de aula de forma a refletirmos sobre a estrutura rígida dos currículos escolares, mesmo em espaçotempo de escola inclusiva.

METODOLOGIA

A pesquisa encontrou dados que auxiliaram a compor o universo teórico assim com sua relevância para se estudar o diálogo do currículo de formação de professores com a prática no Atendimento Educacional Especializado-AEE no município de Parintins. Os alvos foram às escolas que possuem salas de recursos multifuncionais, e tudo o mais que, porventura, se constituir em fonte de dados importantes. Vencida esta etapa, restou-nos definir sob qual viés metodológico tudo iria ser discutido e analisado.

A pesquisa contou com a participação de gestoras das escolas, supervisoras pedagógicas, professoras das classes regulares e professores que estão nas salas de AEE do município de Parintins e para a caracterização dos participantes foi definido os códigos G, SP, PSRE e PSAEE, seguido de Algarismos, com vistas à garantia do anonimato e à proteção dos sujeitos.

Para a coleta de dados foram utilizados roteiros de entrevistas

semiestruturados, pois de acordo com a posição de Manzini (2004), fez-se a opção pela entrevista semiestruturada, considerando-se a característica do roteiro, no qual, depois de focalizado um assunto, elaboram-se as perguntas principais, que puderam ser complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas da entrevista.

Levando-se em conta o número de participantes da pesquisa e o papel de cada um no processo de ensino e aprendizagem, foram elaborados roteiros, com objetivo de organizar o direcionamento da investigação a respeito dos Atendimentos Educacionais Especializados e o diálogo do currículo de formação de professores, direcionados às gestoras das escolas, supervisoras pedagógicas, professoras das classes regulares, professoras das salas de recursos. Os roteiros elaborados foram testados em estudo piloto realizados em outra escola, com características semelhantes às selecionadas como lócus da pesquisa na cidade de Manaus. Após a aplicação, os roteiros e as entrevistas foram transcritos e editados com objetivo de declarar a fidedignidade das mesmas.

No decorrer dos contatos mantidos os entrevistados foram os mesmos que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE para a realização da pesquisa.

Os dados da entrevista foram trabalhados por meio de análise de conteúdo sob a perspectiva de Bardin (1977) e Marquezine (2006) e agrupados em temas e subtemas.

Após a divisão dos dados de entrevista, foi observada necessidade de aumentar o rigor metodológico da pesquisa no tratamento dos dados coletados, pois as divisões das falas das entrevistas não devem ser arbitrárias, respeitando os valores éticos dos pesquisados, tendo o cuidado de não revelar informações que possam denegrir a imagem de ninguém, apresentando uma postura profissional com relação à coleta de dados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A modalidade de ensino educação especial desempenha papel relevante pois, garante o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os sujeitos, sem

qualquer exceção, visto que esta modalidade de ensino promove a socialização de todos os estudantes, independentemente de suas especificidades. Portanto, entende-se que:

O conceito de Inclusão no âmbito específico da Educação implica, antes de mais, rejeitar por princípio a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de Educação Inclusiva (EI), desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam o contributo activo de cada aluno para a construção de um conhecimento construído e partilhado e, dessa forma, atingir a qualidade académica e sociocultural sem discriminação. (BRASIL, 1996)

O da Educação Especial não deve e não pode ser confundido com reforço escolar ou repetição de conteúdos curriculares da classe regular. Ela deve ser um espaço de desafio no qual o aluno, com deficiência, encontra condições necessárias para o desenvolvimento do processo de aprendizagem, com vistas à superação de seu próprio limite, em busca da verdadeira inclusão.

Segundo Muller & Glat (1999) ao discutir sobre as ações que promova uma efetiva educação inclusiva revelam que as mesmas só serão efetivadas se o sistema educacional for renovado, modernizado, abrangendo ações pedagógicas, porque a inclusão é desafiadora e os docentes em processo de formação na universidade devem fazer parte dessa mudança.

No que concerne ao currículo na educação especial destaca-se que:

O currículo é parte primordial do processo para a efetivação da educação especial. Afinal, a exigência de adaptações e de flexibilização curriculares voltadas à atender às necessidades de aprendizagens de cada grupo, estão diretamente relacionadas ao projeto pedagógico da escola, à gestão escolar democrática e à autonomia dos profissionais envolvidos [...] O currículo escolar é, acima de tudo, um instrumento de inclusão social (CASTRO, 2021, p.71).

Ao longo do tempo a profissão docente foi ganhando espaço na sociedade, hoje, a escola enquanto instituição social não consegue acompanhar essas mudanças e o trabalho do professor ainda é visto de modo restrito.

Nesse sentido, é preciso refletir sobre o currículo de formação de professores, sendo que este é indispensável ao processo de transformações na escola e na

sociedade. Devido esses aspectos muito se tem discutido sobre a formação continuada nos dias atuais, e mesmo que com muitas discursões e inovações na formação do professor, sabemos que ainda falta muito para termos uma educação democrática como tanto se almeja. Pois, para que isso aconteça é preciso ter a consciência de que um professor não pode se contentar com o que uma Instituição de Ensino Superior - IES oferece, é indispensável buscar ampliar seus conhecimentos, pois as situações em sala de aula que foge da nossa rotina são impares, saibamos conduzi-la da melhor maneira possível, pois para Wengzynsk e Tozetto, (2012):

A formação continuada assim entendida como perspectiva de mudança das práticas no âmbito dos docentes e da escola possibilita a experimentação do novo, do diferente a partir das experiências profissionais que ocorrem neste espaço e tempo orientando um processo constante de mudança e intervenção na realidade em que se insere e predomina esta formação. (WENGZYNSK E TOZETTO, 2012, p. 3):

Nessa acepção, a formação continuada corrobora de forma expressiva para a ampliação do conhecimento profissional do professor, cujos objetivos é refletir sobre a formação dos de professores com a prática no Atendimento Educacional Especializado - AEE, abordando questões que revelam a importância da AEE no processo inclusivo, como espaço de desafios no qual o aluno, encontre condições para o desenvolvimento da aprendizagem, conduzindo-nos a investigar e produzir novas adequações curriculares necessárias e possíveis para ser trabalhado com os professores da sala de AEE, assim será possível resignificar o método pedagógico e contextualizar novas situações dando novo sentido à função de docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formação continuada na educação inclusiva na voz dos professores

Inúmeras são as dificuldades que os professores da mesorregião do Baixo Amazonas enfrentam no seu ato profissional nas salas de AEE, vivenciar a realidade educacional local tem se tornado um desafio para a docência, pois o

currículo de formação de professores se depara com a realidade também de educar crianças com deficiências, fato este que o mesmo não se sente preparado para esse processo de inclusão.

A necessidade de preparação adequada dos professores, esta recomendado na Declaração de Salamanca (1994) e nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBen (Brasil, 1996) como fator fundamental para a mudança em direção as escolas integradoras. O artigo 59 inciso III da LDB dialoga da importância deste aspecto como pré- requisito para a inclusão, ao estabelecer, que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, “[...] professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Esta questão se inicia primeiramente na Universidade, na formação inicial do professor, pois percebe se a fragmentação quanto aos conhecimentos nesta área e se perpetua na prática quando este já está na sala de aula. Pois, o currículo que contempla somente uma disciplina nos cursos de formação de professores que aborde as questões relativas à educação especial e educação inclusiva, não dá conta da complexidade e da abrangência dos temas.

Todos estes questionamentos também passam pela questão de políticas públicas, quando estas não apoiam a escola regular e principalmente a prática do professor, que necessita de formação continuada para sua práxis pedagógica. Como relata Feltrin (2007):

Sempre houve, no entanto, sérias dificuldades impostas aos docentes. De um lado, a dificuldade de formação acadêmica e as poucas chances que o profissional da educação encontra em sua real necessidade de se atualizar. Do outro lado, a incompetência dos poderes públicos aliada à grande extensão territorial, com uma diversidade muito grande de culturas e condições socioeconômicas, o descaso e a pouca valorização do trabalho do professor e de toda e educação. (FELTRIN, 2007, P. 23)

A grande maioria dos profissionais da educação se sentem desvalorizados pela baixa remuneração e pela falta de autonomia que muitas vezes ocorre no processo escolar e acaba refletindo na qualidade da educação.

A formação continuada é importante para sua atuação, onde a mesma é

construída no interior das escolas levando em conta as problemáticas de aprendizagem dos alunos, como também as práticas pedagógicas do professor, suas deficiências e inadequações.

Portanto, essa formação aconteceu no decorrer da pesquisa, desenvolvendo um grupo de estudos com os participantes por município, que consistirá em encontros de leituras, discussões e trocas de experiências com as gestoras das escolas, as supervisoras pedagógicas, as professoras das classes regulares e as professoras que estão nas salas de Atendimento Educacional Especializado-AEE da mesorregião do Baixo Amazonas.

A formação continuada na educação inclusiva: perspectiva do coordenador pedagógico

A concepção da função do coordenador pedagógico tem passado por várias modificações no decorrer dos tempos, sua atuação hoje se objetiva na qualidade social e na organização escolar, como ressaltava Libâneo apud Viana e Terra (2012, p.4), as funções de coordenação pedagógica podem ser sintetizadas nesta formulação: planejar, coordenar, gerir, acompanhar e avaliar todas as atividades pedagógico-didáticas e curriculares da escola e da sala de aula, visando atingir níveis satisfatórios de qualidade da aprendizagem dos alunos.

Além disso, observa-se que as escolas realmente estão precisando da formação continuada voltada para educação inclusiva aos profissionais da sala de Atendimento Educacional Especializado-AEE, principalmente para o coordenador pedagógico, sendo ela a responsável em apoiar o professor na sala de aula ou quando o educador encontrar-se com dificuldades na realização das atividades com os alunos especiais, e o preparo da coordenadora da escola para trabalhar com esse público no ponto de vista precisa ser mais especializado, em entrevista com ela, perguntamos se está preparada para trabalhar na educação inclusiva.

Uma das atividades da coordenação pedagógica é o acompanhamento da inclusão dos alunos com deficiência na sala de aula juntamente com o professor, esse acompanhamento é umas das propostas que deve estar no projeto político pedagógico da escola, pois segundo Brasil (2014), ressaltava na perspectiva da

educação inclusiva que:

A educação especial integra a proposta pedagógica da escola comum, promovendo o entendimento às necessidades específicas dos alunos. Portanto, o AEE deve estar contemplado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, e caso não esteja, a situação legal da escola está irregular e ela deve se adequar, pondo-se de acordo com as normas federais, estaduais e municipais (BRASIL, 2014, p.15).

Diante disso, se tem a preocupação com as escolas de Parintins, sendo que as mesmas não apresentam estruturas adequadas para ser dialogado o currículo de formação de professores com a prática no Atendimento Educacional Especializado-AEE a alunos da educação inclusiva por se tratar de um serviço de apoio à Educação Básica, que engloba o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, neste sentido a inclusão dos alunos com necessidades especiais no processo educacional fica com uma lacuna a ser cumprida, porque não basta o coordenador pedagógico ter uma formação adequada se a escola não dar condições de trabalho ou vice-versa, é necessário que as duas partes estejam se convergindo, para dar bons resultados. Assim sendo, é importante a formação continuada para os gestores, professores e coordenadores pedagógicos porque sempre estarão preparados para exercer sua profissão com objetivo na qualidade da educação dos alunos “ditos normais” e com os que apresentam necessidades especiais. Nesse sentido, o planejamento das práticas curriculares passa necessariamente pelo trabalho colaborativo entre professores do AEE e da sala comum. A responsabilidade desse planejamento é colocada pela Resolução nº 4 (Art. 9) como sendo dos professores do AEE, que também devem:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos

multifuncionais;
 IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
 V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
 VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
 VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
 VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009, Art. 13).

Sendo assim, observamos que os profissionais sentem vontade de se especializar na educação inclusiva, mas, falta apoio dos governantes em fazer vigorar as leis voltadas para a inclusão, principalmente na formação dos profissionais da escola porque são eles que lidam com esses alunos na sala de aula, sem formação a adequada a escola acaba excluindo mesmo estando com esses alunos na sala de aula, porque a escola não está organizada estruturalmente e profissionalmente para atender esses alunos, como destaca SEB, 2014:

“A escola exclui incluindo”, ou seja, a escola recebe o aluno, mas sujeita-o diversas formas de organização que não são compatíveis, por exemplo, com sua moradia ou regime de trabalho. Nesse caso, a imposição de modelos de organização pedagógicas e padrões homogêneos afastam este tipo de aluno, e ele “se afasta” exatamente por ter sido “incluído” (BRASIL, 2014, p.10).

De acordo com as ideias acima, isso é visível na escola estudada, muitos alunos se afastam da escola ou se exclui dentro da sala de aula, sendo que o planejamento do professor muitas vezes é voltado somente para os alunos “ditos” normais, e a criança com deficiência se sente inferior diante dos outros, começa a ter comportamento exaustivo, devido não ter as mesmas habilidades quanto aos outros. Por outro lado, percebemos que mesmo não tendo uma organização adequada para esse público a

instituição tenta se esforçar para atendê-lo da melhor forma possível os alunos com deficiência.

As relações estabelecidas com o grupo o qual foi pesquisado nos momentos de interação com o pesquisador nos mostraram que ser professor não basta apenas saber metodologias, teorias, mas acima de tudo compreender esses saberes e a partir disso criar novas metodologias e novos materiais didáticos, pois os alunos com necessidades têm suas particularidades, igualmente como o aluno dito “normal”.

Assim todos os participantes vivenciaram diversas experiências, em que a interação favoreceu a construção e ampliação dos conhecimentos, para melhoria do processo de ensino e aprendizagem em Parintins no que diz respeito aos processos inclusivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada das pessoas com deficiência nas escolas de Parintins se tornou um fator real que deve ser visto por todos como algo positivo para a educação amazônica, mas, para isso, esta categoria deve ter seus direitos respeitados, de modo que os ambientes escolares sejam adaptados e, principalmente, o currículo.

Para que haja um processo de mudança em relação à inclusão de pessoa com deficiência, de modo a possibilitar para o ensino comum e especial, uma ruptura com o modelo antigo de escola. Porque não há como caminhar com um pé em cada canoa.

Aos contrassensos pelos quais a escola inclusiva é tão combatida, vamos responder com o sentido pleno que damos à esta instituição, construindo a que queremos para todos os curumins e cunhatãs, visto que na realidade da escola amazônica, é mais do que urgente, que reconheça e valorize as diferenças, de todas as suas naturezas.

Assim, acreditamos ser necessário um redirecionamento nas políticas de formação dos professores, que lhes permitam, saber identificar e atender as necessidades educacionais especiais de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos com ou sem deficiência, visto que, o aluno da educação especial é aquele

que apresenta algum tipo de deficiência e, portanto, deve receber atenção adequada às suas especificidades.

A chave para o sucesso da inclusão é investir na formação dos profissionais da educação como um todo integrado, da portaria à sala de aula. Defendo que todos envolvidos nos processos educativos de pessoas com deficiências devem ter conhecimento sobre a educação especial.

As salas de recursos são locais, dentre todos esses espaços, também de acolhimento, investigação, conhecimento e, principalmente, crescimento das pessoas com deficiências.

Este é também um ponto a se considerar na sequência deste estudo. Falar de inclusão é ainda algo que incomoda, pois desmascara a exclusão que percorre os corredores das escolas. Devemos, enquanto escola e comunidade, assumir os desafios enfrentados no desenvolvimento do processo de inclusão, pois, essas concepções irão ajudar o seu entendimento, implicações e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.

BRASIL. **Lei 9394 de 23 de dezembro de 1996**. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto. 1996.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa: Educação Inclusiva**. Secretaria de educação básica. Diretoria de apoio a gestão educacional. - Brasília: MEC, SEB, 2014.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1994.

FELTRIN, Antônio Efro. **Inclusão social na escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença**. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

MANZINI, E. J. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS. A pesquisa qualitativa em debate, 2., Bauru, 2004. Anais... Bauru: USC, 2004. (1 CDROM).

MARQUEZINE, M. C. **Formação de profissionais/professores de educação**

especial – deficiência mental e Curso de Pós-Graduação Lato Sensu: um estudo de caso. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-graduação em Educação, Marília, 2006.

MULLER T. M. P.; GLAT, R. **Uma professora muito especial: questões atuais de educação especial.** Viveiros de Castro, 1999.

VIANA, Inez Maria Milhome, TERRA, Welma Alegna. **A importância da formação continuada do professor da educação básica na função de coordenador pedagógico.** Universidade Federal de Goiânia, 2012.

WENGZYNSKI, C. D.; TOZETTO, S. S. **A formação continuada face as suas contribuições para a docência.** In: SEMINÁRIO ANPED SUL, 9., 2012, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: Anped, 2012. p. 1-15. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2107/513>. Acesso em: 9 out. 202

Recebido em: 20 de fevereiro de 2024.

Aprovado em: 26 de fevereiro de 2024.

Publicado em: 29 de fevereiro de 2024.

